

Na trilha de Marcílio *econ. Brasil*

As forças políticas que se uniram para afastar Fernando Collor da Presidência da República são também as que mais criticaram a política antiinflacionária do ex-ministro Marcílio Marques Moreira, por causa de suas conseqüências recessivas. Agora, chegando ao governo, essas forças devem ter ficado decepcionadas ao descobrir que são obrigadas a manter, na essência, a política anterior.

O ex-ministro Marcílio, na verdade, utilizava os únicos instrumentos que podem ser empregados nas atuais circunstâncias para evitar o crescimento do déficit público e da inflação. Esses instrumentos são o rígido controle das despesas, por causa da queda da receita, e o estrito controle da moeda em circulação. A nova equipe econômica não pode mesmo fazer coisa muito diferente disso.

Ela já está perfeitamente consciente de que não há receita suficiente para cobrir todas as despesas previstas para o último trimestre do ano. Para cada três cruzeiros de gastos previstos há apenas um cruzeiro de receita esperada. Por aí se vê que, se o governo não encontrar maneira de aumentar sua receita, até dezembro terá de cortar em quase 70% seus gastos, se não quiser emitir dinheiro.

O ministro do Planejamento, Paulo Haddad, estabeleceu que o pagamento em dia dos salários do funcionalismo, incluindo o 13º salário, é a primeira prioridade de caixa do governo. A segunda é a manutenção e o custeio dos setores considerados básicos, como as áreas social (saúde e educação) e de ciências e tecnologia. Depois vêm as demais despesas.

Mas a crise financeira do governo chegou a tal ponto que hoje ainda não se tem certeza de que os salários dos servidores serão pagos em dia. O ministro do Trabalho, Walter Barelly, diz que não existem recursos assegurados para isso. Os minis-

tros da área econômica prometem descobrir fontes de recursos que cubram a folha de pagamento dos próximos meses.

Para o governo não precisar emitir até para atender à prioridade número 1 — o que caracterizaria uma situação de extrema gravidade —, os ministros da área econômica estão agindo exatamente como agia a equipe do ex-ministro Marcílio Marques Moreira: cortar ao máximo as despesas, limitando-as estritamente à disponibilidade de receitas, que no mês passado, em termos reais, ficaram 5% abaixo das de agosto; e procurar um acordo com o Congresso sobre um novo pacote tributário de emergência.

Os novos ministros também buscam o apoio do Judiciário na solução de questões legais envolvendo o Finsocial e o Imposto de Renda, anunciam o aumento da fiscalização para reduzir o nível de sonegação (medida de alcance limitado, por causa do desaparecimento da Receita Federal) e apelam aos contribuintes para que cumpram com suas obrigações.

Isso poderá melhorar a receita, mas não dispensará a edição, até o fim do ano, de um pacote tributário que significará a drenagem de mais recursos do setor privado para os cofres públicos. Medidas como essas ajudam a aliviar a situação financeira do governo, mas em nada ajudam a aliviar a recessão. Ao contrário, podem agravá-la ainda mais.

Por isso, mais do que um alívio, satisfatório para o governo, mas perigoso a médio prazo para a economia, o que se deve buscar é a reforma fiscal que elimine as causas estruturais da inflação, por meio da redução do aparelho estatal e da redistribuição de responsabilidades entre os vários níveis de governo, e estimule os investimentos e a atividade econômica em geral. O caminho de saída da recessão passa por aí.